

>>> Continuação



PROCERGS

CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2023



GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em R\$ 1.000)

interpôs Recurso de Revista junto ao Tribunal Superior do Trabalho tendo a Procuradoria-Geral assumido a defesa do processo, cujo recurso foi acolhido pelo TST, em 20/02/24, para restabelecer a sentença de improcedência. A partir de Julho/2023 ocorreu o ingresso de ações individuais de Cumprimento de Sentença, sendo possível que gerem necessidade de desembolso para fins de garantia. Essas ações estão conectadas ao processo principal sendo defendidas também pela Procuradoria-Geral, mantendo até esta data a mesma classificação de risco, conforme apresentada em parecer pela PGE e estando a Assessoria de Gestão Trabalhista de acordo.

6. Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O valor do capital social subscrito é de R\$ 203.219 e está totalmente integralizado. O total de Ações é de 728.596.845 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

Acionistas	Tipo	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	ON	726.425.908	99,7
OI S.A.	ON	1.366.594	0,19
CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento	ON	431.557	0,06
IPE PREV – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	ON	372.786	0,05
Total das Ações		728.596.845	100

(b) Prejuízo Acumulado

O prejuízo acumulado apresentado, no Patrimônio Líquido tem a seguinte composição:

Prejuízo Acumulado	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial de Prejuízo Acumulado	(74.770)	(139.352)
Lucro Líquido no Período	33.179	64.582
Saldo Final de Prejuízo Acumulado	(41.591)	(74.770)

7. Resultado Do Período

(a) Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta foi de R\$ 520.779 apresentando um crescimento nominal de R\$ 30.575 (6,24%) em relação ao exercício de 2022.

Receita Operacional Bruta	31/12/2023	31/12/2022
Administração Direta RS	276.980	252.034
Administração Indireta RS	220.754	212.999
Outros Poderes	11.440	11.780
Outros Mercados	11.605	13.391
Total da Receita Operacional Bruta	520.779	490.204

(b) Custos dos Serviços Prestados

Houve um aumento desproporcional, em relação à receita, dos custos sobre os serviços prestados, principalmente, nas rubricas de custo de pessoal e depreciações. Em pessoal, o acréscimo foi devido, principalmente, aos reajustes de salários e benefícios em dezembro de 2022, refletidos integralmente no exercício de 2023. Em depreciação, o aumento foi originado pelas aquisições no exercício de novos equipamentos, com o aporte de capital.

Custos dos Serviços Prestados	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal Próprio e Terceiros Ligados a Operação	249.438	211.230
Custos de Insumos ligados a Operação	62.794	57.324
Depreciação e Amortização	18.556	8.194
Outros Custos	482	464
(-) Lei do Bem	(279)	(212)
(-) Custos Serviços Internos Transferidos para Despesas Administrativas	(25.487)	(25.667)
Total dos Custos de Serviços Prestados	305.504	251.333

(c) Despesas Com Vendas

Despesas com Vendas	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal da Área Comercial	8.994	8.329
Despesas da Área Comercial	4	2
Depreciação e Amortização	6	5
PCLD (Valor acrescido ao Ativo Circulante NE. 4.c)	424	687
Total das Despesas com Vendas	9.428	9.022

(d) Despesas Administrativas

Houve um aumento em relação ao ano anterior das despesas com pessoal, devido principalmente aos reajustes de salários e benefícios em dezembro de 2022, refletidos integralmente no exercício de 2023.

Despesas Administrativas	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal Administrativo	51.187	45.687
Despesas Administrativas	7.407	10.614
Depreciação e Amortização	524	611
Provisão para Contingências	20.377	18.293
Custos Serviços Internos Transferidos para Despesas Administrativas	25.487	25.667
Total das Despesas Administrativas	104.982	100.871

(e) Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	31/12/2023	31/12/2022
Juros Recebidos ou Auferidos	1	-
Rendimentos s/ Aplicações Financeiras - SIAC	15.526	9.031
Correção Monetária	379	1.702
Atraso Pagamentos de Clientes	152	284

Total Receitas Financeiras	16.058	11.017
Juros Pagos ou Ocorridos	(37)	(630)
Descontos Concedidos	(5)	(13)
Comissões e Despesas Bancárias	(15)	(13)
Multa s/Pagamentos em Atraso	(96)	(307)
Comissões s/Cobrança	(361)	(356)
Variáveis Monetárias de Obrigações	(19)	(59)
Total Despesas Financeiras	(533)	(1.378)
Resultado Financeiro Líquido	15.525	9.639

(f) Tributos Sobre o Lucro

O regime de apuração adotado pela Procergs é o Lucro Real anual com recolhimento mensal por estimativa em conformidade com a legislação vigente. A partir do exercício de 2022, a Companhia passou a utilizar o benefício da Lei do Bem, com a finalidade de reduzir a base de cálculo dos tributos sobre o Lucro. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.

Alíquotas Efetivas	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	45.103	45.103	78.576	78.576
Alíquotas Vigentes	15%	9%	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	6.765	4.059	11.786	7.072
(+) Adições				
Lucro das Faturas recebidas no ano	331.754	331.754	330.235	330.235
Acrescimos a Provisão p/contingência trabalhista	26.198	26.198	23.189	23.189
Outras Adições	128	128	203	203
(-) Exclusões				
Lucro das Faturas não recebidas no ano	(319.689)	(319.689)	(340.089)	(340.089)
Baixas da Provisão p/contingência trabalhista	(26.037)	(26.037)	(26.955)	(26.955)
Reversão de Provisão adicionada anteriormente	(5.821)	(5.821)	(4.896)	(4.896)
Lei do Bem	(167)	(167)	(128)	(128)
Outras Inclusões	(4)	(4)	-	-
(=) Lucro Real	51.465	51.465	60.135	60.135
(-) Compensação Prejuízo Fiscal 30%	(15.440)	(15.440)	(18.040)	(18.040)
Base de Cálculo	36.026	36.026	42.095	42.095
IRPJ e CSLL a Pagar	5.404	3.242	6.314	3.789
Adicional de IRPJ de 10%	3.579	-	4.185	-
Programa de Alimentação do Trabalhador	(216)	-	(252)	-
Prorrogação licença maternidade	(84)	-	(42)	-
Valor Despesa de IRPJ e CSLL	8.682	3.242	10.205	3.789
Alíquota Efetiva	19,25%	7,19%	12,99%	4,82%

(g) Lucro Líquido do Período

O resultado do exercício de 2023 foi apurado obedecendo ao princípio da competência e o Lucro Líquido acumulado foi de R\$ 33.179 apresentando um decréscimo de 48,63% em relação ao resultado de 2022.

8. Outras informações

(a) Coberturas de Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos.

Objeto	Modalidade	Valor Segurado
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios	Incêndio	340.649
Veículos	Colisão, incêndio e roubo	* 350
Seguro de Vida em Grupo (Apólices Asprocergs)	Morte e invalidez	**27.870

* Os seguros dos automóveis serão contratados pela Modalidade de Valor de Mercado Referenciado pela tabela de referência do FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), utilizando-se o fator de ajuste de 110% (cento e dez por cento) sobre o valor de cotação do veículo, na data de liquidação do sinistro. (Cláusula 2.3 do Contrato).

** Referente Danos Materiais, Danos Corporais, Morte Acidental e Invalidez Permanente.

(b) Procius

A Companhia contribui mensalmente com o percentual de 3,5% sobre a folha de pagamento para o Procius - Instituto Assistencial da Procergs. O Procius tem por principal objetivo, firmar convênios com Associações de previdência privada para seus associados.

9. Eventos Subsequentes

A NBC TG 24 determina que os ajustes conhecidos em período subsequente, demandam ajustes em demonstrações contábeis, quando a situação em pauta estiver presente na data de levantamento das demonstrações, mas antes da aprovação e emissão dessas demonstrações. Eventos incorridos em datas subsequentes e conhecidos antes da emissão das demonstrações, se relevantes, devem ser divulgados em notas explicativas.

Até o encerramento das Demonstrações Financeiras, não foram identificados eventos que pudessem influenciar ou alterar nas demonstrações.

Diretoria					Contadora	
LUIZ FERNANDO SALVADORI ZACHIA	KAREN MARIA GROSS LOPES	ROMERO LEITE PIMENTEL	LEO ROSSATO BISAGLIA	SANDRO LEITE FURTADO	MARCO ANTONIO DO AMARAL SEADI	ANDRÉA GONÇALVES ALVES
DIRETOR-PRESIDENTE	Diretora de Negócios e de Relacionamento com Clientes	Diretor Administrativo-Financeiro	Diretor de Infraestrutura e Operações	Diretor de Sistemas Transacionais	Diretor de Soluções Digitais	CPF 658.564.810-20 CRC-RS nº 076011/O-6
CPF 220.946.440-49	CPF 533.611.990-34	CPF 723.179.061-53	CPF 809.826.540-49	CPF 035.481.111-81	CPF 729.617.160-04	
Conselho de Administração						
RICARDO NEVES PEREIRA	DANIEL HIRAM FERREIRA RAMOS SANTORO	AUGUSTO PANNEBECKER FERNANDES	MAURICIO DE ALVES LACERDA	JORGE FERNANDO KRUG SANTOS	VICTOR HERZER DA SILVA	
Presidente	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AOS DD. ADMINISTRADORES E ACIONISTAS DA PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. PORTO ALEGRE – RS

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos:
As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 16 de março de 2023 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis e com ênfase chamando a atenção para as notas explicativas n.ºs. 7, "c" e 10, que divulgam a reapresentação das demonstrações contábeis de 2021, referente a reclassificação de apropriação de despesa do PPR-Programa de Participação de Resultados relativa a 2021, pago em 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar

operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2024.

MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC RS 4632/0
DIEGO ROTERMUND MOREIRA
Contador CRC RS 68603
CNAI Nº 1128
Sócio – Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cumprindo determinações previstas nos itens II e VII, do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e art. 42 do Estatuto Social; tendo acompanhado a situação econômica, financeira e fiscal da Companhia, através da análise, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração Dos Fluxos de Caixa, a Demonstração Dos Resultados Abrangentes, as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis e com base no Relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes da Empresa MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S, entendemos que as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S/A em 31 de dezembro de 2023. O Conselho Fiscal entende que os documentos estão aptos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária.
Porto Alegre, 12 de março de 2024.

Alan Pena Tosta da Silva
Conselheiro Fiscal

Antonio Classmann
Conselheiro Fiscal

Eugênio Carlos dos Santos Ribeiro
Conselheiro Fiscal